



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 173/2014 "AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA VINHA DA EX-EAN E ALUGUER DA DESPAMPANEIRA E ADUBADOR DE FUNDO"

Entre:
MUNICÍPIO DE OEIRAS, pessoa coletiva de direito público número 500 745 943, com sede no Largo
Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por Carlos Alberto Perteira Morgado, natural da
freguesia de com domicílio necessário no edificio dos Paços
do Concelho, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos pelo
n.º 3, do artigo 57.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002
de 17 de Janeiro, adiante designado como Município ou Primeiro Outorgante:
E
MOMENTOS FLORIDOS, LDA., com capital social de 5.001,00€, com sede na Rua Baltazar Lopes, nº.
25-A, Algés, com o número de matricula e pessoa coletiva n.º 509725317, representado no ato por Fernando
Agostinho de Assunção Alho, portador do cartão de cidadão número
na qualidade de gerente o qual tem poderes para outorgar o presente contrato, conforme documento
que arquivo, adiante designada por segunda outorgante ou adjudicatária;
é celebrado o presente contrato de prestação de serviços, denominado "AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA VINHA DA EX-EAN E ALUGUER DA
DESPAMPANEIRA E ADUBADOR DE FUNDO", precedido do procedimento por ajuste direto, nos
termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º, do CCP, aprovado por despacho da Srª. Vereadora Madalena
Castro, datado de 16 de Maio de 2014, com a adjudicação e minuta aprovada nos termos do despacho da
mesma entidade, datado de 12 de Agosto de 2014, no seguimento do disposto no artigo 96º e seguintes, do
Código dos Contratos Públicos, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

Objecto

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA VINHA DA EX-EAN E ALUGUER DA DESPAMPANEIRA E ADUBADOR DE FUNDO, NA MODALIDADE DE FORNECIMENTO CONTINUO, nas condições estabelecidas na sua Proposta, nas cláusulas do Caderno de Encargos e demais elementos escritos, desenhados e patenteados, documentos que, aqui, se dão por integralmente reproduzidos e que ficarão







arquivados, constituindo parte integrante do presente contrato, de acordo com o previsto no artigo 96º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula Segunda
Prazo
1 - A prestação de serviços objeto do presente contrato, cessará assim que se atingir primeiramente uma das
seguintes situações:
a) O montante máximo de €52.195,12 (cinquenta e dois mil cento e noventa e cinco euros e doze
cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ou;
b) A data de 31 de dezembro de 2014.
2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o contrato iniciará a sua vigência após a data de publicitação
da ficha de resultados no portal dos contratos públicos
Cláusula Terceira
Preço, cabimento orçamental e eficácia financeira
a) O seu valor é de €52.195,12 (cinquenta e dois mil cento e noventa e cinco euros e doze cêntimos),
acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor
b) As condições de pagamento do encargo total da prestação do serviço são fixadas de acordo com as regras
estabelecidas no Caderno de Encargos
c) O encargo resultante do presente contrato será integralmente satisfeito pela dotação orçamental seguinte:
classificação orgânica: 632, classificação económica: 020220, com nº. de compromisso 27105, datado de 22
de Agosto de 2014
Cláusula Quarta
Foro Competente
Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal da
Comarca de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Quinta

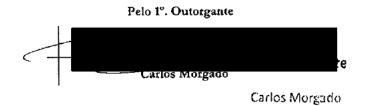
Prevalência

1 - Fazem parte integrante do contrato:
a) Os suprimentos dos erros e omissões, bem como os esclarecimentos e as rectificações relativos ao
Caderno de Encargos;





,	b) O Caderno de Encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a mesma prestados pelo
	adjudicatário
	2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº. 1, a prevalência é determinada pela ordem
	pela qual são indicadas nesse número
	Quando a divergência se reportar entre os documentos referidos no nº 1 e o clausulado do Contrato,
	prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos e aceites pelo adjudicatário.
	Arquivo:
	a) Certidão permanente subscrita, em 3 de Agosto de 2012 e válida até 19 de Outubro de 2014;
	b) Declaração emitida, em 1 de Julho de 2014, pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
	comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social;
	c) Certidão emitida, em 16 de Julho de 2014, pelo Serviço de Finanças do Concelho de Oeiras-3.Algés,
	comprovativa da situação tributária regularizada;
	E para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim,
	na qualidade de Oficial Público substituta, nomeada por despacho n.º 86/2013 do
	Presidente da Câmara Municipal, em quatro de Dezembro, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 2 do
	artigo 35º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que
	o fiz escrever e também assino.
	Paços do Concelho, 26 de Agosto de 2014



Pelo 2º. Outorgante

A Oficial Público Substituta